



EDUCAÇÃO  
DO FUTURO



# INCLUSÃO PRODUTIVA NO BRASIL

DO DESAFIO À AÇÃO

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA

FUNDAÇÃO  
ULYSSES  
GUIMARÃES





FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES



**EDUCAÇÃO  
DO FUTURO**

*Novembro de 2023*



# SUMÁRIO

Mensagem dos presidentes	7
Apresentação	9
Educação do Futuro e Inclusão Produtiva	11
Identidade de Posicionamento	15
<b>Seção 1:</b> Educação básica como impulsionador estrutural da inclusão produtiva	19
<b>Seção 2:</b> Fortalecimento da inclusão produtiva para gerar maior igualdade de oportunidades aos brasileiros	23
<b>Seção 3:</b> Desafios e oportunidades - contribuições para impulsionar a inclusão produtiva no Brasil	29
<b>Seção 4:</b> Contribuições para uma proposta de Sistema Brasileiro Integrado de Inclusão Produtiva	37
O legado deste documento	47



A pauta da Inclusão Produtiva é uma das grandes prioridades nacionais. Não podemos naturalizar ou nos conformar com a situação em que mais de 65 milhões de brasileiros se encontram hoje excluídos de uma ocupação remunerada formal. O tema é complexo, por vezes árido, por isso precisamos evoluir no debate nacional para que formuladores de políticas públicas, legisladores e governantes tratem da questão de forma coordenada, e possamos avançar nas soluções.

O MDB tem no equilíbrio do desenvolvimento econômico e questão social uma marca forte dos seus programas. A Inclusão Produtiva é a combinação de

Uma das principais missões da atuação política é garantir maior igualdade de oportunidades às pessoas. Não apenas no Brasil, onde a desigualdade de oportunidades sempre foi evidente e de certa forma negligenciada, mas no mundo todo se discute soluções efetivas para gerar oportunidades às pessoas mais vulneráveis, especialmente a partir da educação pública, mas também da melhor oferta de capacitação profissional e do empreendedorismo social. A FUG vem se dedicando ao tema dentro do programa EDUCAÇÃO DO FUTURO já desde o ano passado.

O resultado de nossos estudos e escuta ativa de diferentes pontos de

políticas e iniciativas que geram um impacto econômico e social estruturante na sociedade.

Este documento, elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, colabora com um passo adiante no entendimento e na determinação de prioridades para melhorar e modernizar as políticas públicas e estimular a inclusão produtiva.



---

**Baleia Rossi**

PRESIDENTE DO MDB

vista é a proposição de um sistema integrado de inclusão produtiva que saiba combinar as ofertas existentes e dar maior escala às soluções que existem, e funcionam. Por outro lado, a inclusão de dezenas de milhões de brasileiros à atividade produtiva pode alavancar um desenvolvimento econômico que hoje não enxergamos.



---

**Alceu Moreira**

PRESIDENTE DA FUG



# APRESENTAÇÃO

Em sequência ao trabalho desenvolvido em 2022 com o projeto “Educação no Centro”, que tratou sobre o posicionamento para o MDB em temas prioritários vinculados à educação de qualidade para todos, o programa “Educação do Futuro” traz duas vertentes de atuação: os projetos ESCOLA DO FUTURO e INCLUSÃO PRODUTIVA.

Este documento apresenta **as premissas básicas de atuação e conteúdo para a ativação e aprofundamento da discussão e debate legislativo no que se refere à agregação de propostas, modelos e soluções atuais para inclusão produtiva** a fim de proporcionar maior igualdade de oportunidades aos brasileiros e a fortalecer a conexão entre a qualidade da escola pública e o futuro do trabalho.

Com o programa Educação do Futuro e seus projetos, a FUG leva adiante seus objetivos de avançar no engajamento de lideranças políticas e gestores públicos, municipais e estaduais, ao compartilhar recomendações e orientação para a formulação de políticas públicas de educação e articulação política visando tornar a Inclusão Produtiva um tema protagonista e fortalecido na agenda nacional, além de apoiar o desenvolvimento de soluções

práticas e de alto e duradouro impacto tanto para jovens quanto para adultos no que se refere a empregabilidade e empreendedorismo.

Este texto-base serve como documento norteador do início das articulações para inclusão produtiva; um desafio prático e estratégico para o Brasil, e que parte de princípios definidos para fortalecer uma linha de ação política e legislativa sobre o tema.



# EDUCAÇÃO DO FUTURO E INCLUSÃO PRODUTIVA

A Fundação Ulysses Guimarães se dedica ao entendimento do tema da Inclusão Produtiva dentro do contexto do programa Educação do Futuro. No ano de 2022, a FUG lançou o documento Educação no Centro, que atendia a dois princípios fundamentais: primeiro, ao identificar o posicionamento político de centro com o tema da educação, e a forma de abordá-lo; em segundo lugar, ao identificar o desafio da educação de forma a proporcionar a atuação política e a formulação de políticas públicas em um espaço identificado em que a educação é o centro catalisador para várias soluções para o povo brasileiro que um partido político deve buscar: a igualdade de oportunidades, a inclusão social, o papel estruturante que a educação faz na economia, na saúde e no desenvolvimento social do Brasil.

Dentre estes temas talvez o mais instigante, urgente e de maior alcance no Brasil atual seja o tema da inclusão produtiva. Tornou-se um desafio social e econômico, e sua reversão a grande política estruturante ao qual temos acesso, sem depender tanto de fatores externos. Há pelo menos 66 milhões de brasileiros sem ter acesso a uma atividade produtiva e à remuneração pelo seu trabalho; estão fora do mercado de trabalho. Isso é um número muito su-

perior ao número de desempregados (cerca de 8,3 milhões) e mais de dois terços de nossa força de trabalho.

Segundo o IBGE, dentre estes, cerca de 10 milhões de jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos não estudam sequer trabalham, ou seja, pelo menos 20% dos jovens brasileiros. Já estudo internacional da OCDE incluindo 37 países colocou o Brasil como detentor do segundo pior resultado dentre os países pesquisados, situando-se apenas atrás da África do Sul: de acordo com a OCDE, temos 36% de nossos jovens entre 18 e 24 anos não estudando ou trabalhando. Desses, 60% são mulheres e 68% negros.

Outros milhões de brasileiros com mais de 35 anos de idade estão afastados do mercado de trabalho e não conseguem se recolocar no mercado, ou encontrar trabalho remunerado de forma contínua que lhe permita uma mínima seguridade social, permanecendo na precariedade e na dependência de programas sociais. Desta forma, não aparecem nas estatísticas de desemprego pois já passaram a uma situação permanente de informalidade e não-emprego. São parte do que se chama de desafio global do “reskilling”.

Na origem da fraqueza de nosso processo de inclusão produtiva estão

as deficiências de educação: fundamentalmente, a incapacidade do sistema educacional brasileiro em preparar uma grande parte de sua população para o mercado de trabalho e para as necessidades educacionais básicas da atividade produtiva. Outra origem é a dinâmica econômica acanhada do Brasil nas últimas décadas, que em parte também se deve à exclusão de boa parcela da população da atividade produtiva.

Durante a nossa trajetória de pesquisa, concluímos que o tema é complexo e ainda pouco discutido pelas lideranças políticas do Brasil e no âmbito do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas. A complexidade é um desafio para o avanço das políticas públicas e de uma atuação mais integrada e realista, em escala nacional, sobre o tema.

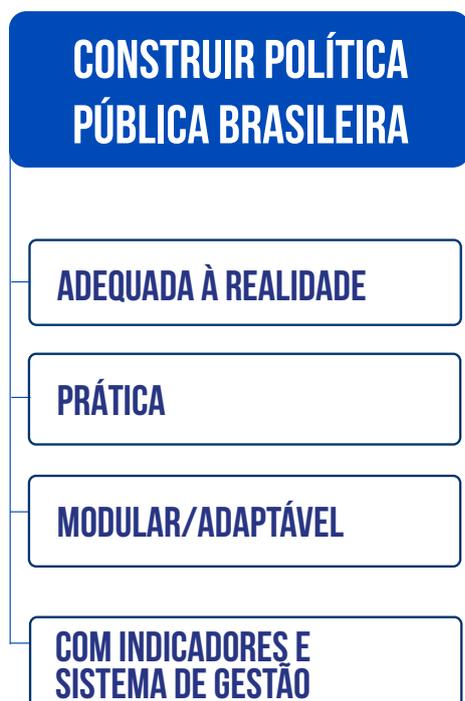
Para que se possa avançar no debate, é preciso um esforço de simplificação e desmistificação do desafio da inclusão produtiva, de forma a estimu-

lar a articulação, a ação prática e ajudar a dar visibilidade e principalmente escala para tantas iniciativas de qualidade que são desenvolvidas no País mas que não encontram a linha principal de discussão, ou ação integrada aos grandes projetos que envolvem recursos públicos, as políticas sociais e educacionais de grande impacto.

A inclusão produtiva está diretamente ligada à educação, a novas formas de empreendedorismo social, à inovação e especialmente a uma profunda reflexão sobre a efetividade dos principais programas sociais e educacionais brasileiros.

O desafio da geração de renda a partir do trabalho e da inserção no mercado de trabalho começa a ser resolvido na qualidade e efetividade de nossa educação. Por essa razão, é impossível falar em Educação do Futuro sem dedicar uma grande parcela do tema à inclusão produtiva.

**Quadro-resumo do Projeto Inclusão Produtiva - FUG - como construir uma política pública brasileira convergente de inclusão produtiva; como levar à frente uma articulação nacional.**



## **ARTICULAÇÃO NACIONAL PARA ACELERAR SOLUÇÕES**

**Avanço na construção de um sistema brasileiro de inclusão produtiva, incluindo debate legislativo, formação e agregação de propostas**

- Reforço na articulação na proposição de novo sistema nacional de inclusão produtiva – Ensino Médio + Ensino
- Técnico-Profissional + Educação de Adultos Exemplos e cases de educação empreendedora e tecnológica.
- Modelo que aprofunde soluções na oferta de projetos de vida (Novo Ensino Médio) nova tarefa do professor e das escolas abrangendo também os anos finais do Ensino Fundamental
- Articulação para avanços em legislação, sistematização e viabilidade de soluções para a inclusão produtiva de adultos, na realidade das mudanças na economia e sociedade
- Boas práticas de inclusão produtiva em escala.

Nesse sentido, o documento está estruturado em um artigo de abertura, com o desenvolvimento de uma identidade de posicionamento para o MDB no tema, e quatro seções, conforme a seguir, tendo como premissas e foco duas abordagens complementares e imprescindíveis:

- **Seção 1. Primeira abordagem** - o acesso à EDUCAÇÃO BÁSICA de qualidade como fundamental meio de impulsionar a inclusão produtiva das gerações futuras e o desenvolvimento humano;
- **Seção 2. Segunda abordagem** - a adequada FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO como elemento central para a inclusão produtiva de milhares de jovens e adultos, e conseqüentemente, para a geração de renda e oportunidades;
- **Seção 3. Contribuições e desafios encontrados na execução** - caminhos para superar os desafios apontados por organizações que estão na linha de frente da execução e pesquisa em inclusão produtiva no Brasil, sob o ponto de vista do empreendedorismo social, da qualificação profissional e da inclusão empreendedora;
- **Seção 4. Sistematização** - sugestões para um Sistema Integrado de Inclusão Produtiva para o Brasil, reunindo as iniciativas existentes, com um foco de atuação e evolução sobre o tema.

# IDENTIDADE DE POSICIONAMENTO

## UMA BARREIRA (NÃO INVENCÍVEL) À LUTA PELA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

O MDB histórico deixou, através de lutas memoráveis, de momentos épicos e sacrificiais para muitos dos seus quadros, em tempos de chumbo, uma marca indelével: a conquista duradoura de um valor supremo e definitivo para a grandeza, para a autoestima e para a construção pacífica do progresso econômico de uma nação. Essa conquista pode ser resumida em uma só palavra que diz tudo em si mesma: a democracia.

Não há valor maior. Tudo dela decorre. Tudo dela depende. Desde a justiça até uma abstração chamada felicidade social. Numa ditadura, um povo pode até ter progresso material. Mas não será um povo livre, não viverá plenamente, perderá a sua autenticidade, não será dono de sua identidade e de seu futuro, enfim, não será um povo feliz.

A democracia nem sempre é um bem imediato. Ele é construído e consolidado através dos anos. A democracia, a Constituição cidadã, são instrumentos, são atividades-meio para a consecução do desenvolvimento e do bem-estar do país.

Nesta terceira década do século 21, o MDB, em seu 57º ano de existência, procura, através de uma série de iniciativas da Fundação Ulysses Guimarães, fincar mais fundo, na esteira de sua his-

tória, a estaca que segura a bandeira da Educação, bandeira que o MDB sempre conduziu em todos os tempos, diga-se a, bem da verdade, em todas as suas ações políticas, quando governou municípios, estados e o país.

A Educação, nos tempos que vivemos, ganha definitivamente seu papel mais estratégico e essencial: é o grande passaporte para uma nova era, é e será o grande salto histórico para uma nova geração de brasileiros. Firmado nesse propósito, este artigo procura alertar para uma questão pontual, mas relevante nessa longa e promissora estrada que o MDB pretende percorrer.

Como sabemos todos, o Plano Nacional de Educação, que está aprovado pelo Congresso Nacional desde 2014, portanto há quase 10 anos, previu em seu texto a criação e implantação do SNE – Sistema Nacional de Educação. O SNE, no entanto, tem tido dificuldade de avançar. Foi aprovado no Senado e se encontra agora em tramitação na Câmara dos Deputados. Entre os objetivos maiores da implantação do Sistema Nacional de Educação (SNE) encontra-se a articulação dos diversos níveis de Educação pública e privada em todo o território nacional. O SNE – Sistema Nacional de Educação, se aprovado no Congresso Nacional, poderá vir a ser o grande

passo para associar dinamicamente as políticas e planos educacionais de todos os entes da nossa República Federativa (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), em regime de sistemática e eficiente colaboração, aproximando o ensino superior ao ensino médio e fundamental e garantindo um novo padrão de financiamento, expansão e qualidade do ensino no Brasil.

O Sistema deverá ser, estruturalmente, algo muito semelhante ao SUS. Aliás, não é por outra razão que muitos dos que apoiam o SNE e lutam pela sua implantação costumam chamá-lo “o SUS da Educação”. A intenção é fazer com que o governo federal não se atenha, como vem fazendo até hoje, de forma tão leoninamente majoritária (como faz até hoje) ao financiamento do ensino superior e passe a ter, também, responsabilidade vital com o ensino básico, assumindo compromissos e protagonismo que possam ir muito além das tarefas de fiscalização.

O novo grande salto educacional que o Brasil precisa dar para a modernidade e para livrar-se da prisão da renda média só acontecerá se a União entrar como parceira real, eficaz e eficiente, na área do ensino básico. A União, poderá assegurar algo que é imprescindível hoje à estratégia de grande salto na educação brasileira: apoiar decididamente a ampliação do tempo escolar. Tanto no sentido vertical (número de horas que perfazem o ano letivo, o chamado “tempo integral”) quanto no sentido horizontal (o número de anos em sequência que o aluno fica na escola, a chamada “escolaridade”).

Apesar das iniciativas meritórias que já vêm sendo postas em prática no

Brasil, não haverá escala e níveis mais razoáveis dificilmente serão alcançados nos municípios e estados brasileiros sem a participação técnica, política e financeira do governo federal.

É notória hoje a diferença de investimento, no Brasil, das áreas de ensino afetas aos estados e municípios em comparação com aquelas afetas ao governo federal. Recentes estudos levados a cabo pela OCDE, divulgados em relatório da instituição datado de 2019, demonstram com clareza que, em nosso país, a educação básica é subestimada como investimento socioeconômico. A média do gasto anual do Brasil, por aluno, na soma do ensino superior e da educação básica é de US\$ 4.550. No entanto, enquanto o ensino superior recebe US\$ 14.202 por aluno anualmente, ao ensino fundamental e médio são destinados US\$ 3.866 com esse fim. Uma diferença gritante.

Para se poder aquilatar o que representam esses dados quando confrontados com os países da OCDE, basta mencionar o fato de que, nesses países, o gasto anual médio no ensino básico é de US\$ 9.300 por aluno. Tal cifra já atesta, por si só, a abissal distância de disponibilidade de recursos entre países altamente desenvolvidos e países de médio desenvolvimento como o Brasil. Em termos absolutos, nosso investimento não alcança nem a metade do investimento que é feito nos países mais ricos. É de chamar atenção também o quanto menor é a margem de diferença de gasto entre os níveis superior e básico nesses países. Para o ensino superior, os países da OCDE destinam US\$ 16.100 anuais por aluno.

Curioso é notar que, no que tange ao ensino nas universidades brasileiras, os recursos são quase (repito: quase) os mesmos dos países ricos. Nossas universidades federais, portanto, têm um financiamento muito próximo do adequado. Desproporcional, aliás, à nossa renda per capita.

Não se pode dizer, porém, que nosso nível e nossa qualidade de ensino são “quase” os mesmos dos países da OCDE. Mesmo assim, o fato é que nossos investimentos em educação superior são consideravelmente elevados, se levarmos em conta a nossa renda per capita. É impressionante o esforço que o Brasil cobra de toda a sua população, valendo-se de recursos públicos para formar as suas elites. Seria altamente meritório e inegavelmente jubiloso tal padrão de investimento se não fosse o precipício que se abre entre o padrão de ensino das universidades brasileiras (principalmente as públicas) e os padrões de ensino das nossas escolas do ensino fundamental e médio do mesmo setor público.

Aí há uma constatação alarmante e ao mesmo tempo trágica: o Brasil favorece aqueles setores da sociedade que já são guindados aos patamares do ensino superior por gozarem de enormes vantagens competitivas nos níveis secundário e primário de educação. Boas escolas particulares levam um estudante que tenha tido a sorte de percorrer essa trajetória, com segurança e sem maiores percalços, a uma universidade de alto investimento. A cadeia sequencial de ensino em nosso país, pois, assegura, reproduz e consolida uma situação estrutural e indestrutível de privilégio e oportunidade.

É impossível num país assim falar em igualdade de oportunidades. Não significa que se deva reduzir o nível de investimento hoje feito no nível superior. Mas é “conto da carochinha” dizer que em nosso país os estudantes provenientes de famílias de menor renda disputam todos os estágios de sua formação com igualdade de oportunidades. As diferenças de qualidade e oportunidade têm sido algo aparentemente insuperável.

Essa é uma das razões pelas quais a FUG procurou empreender o programa Educação do Futuro. O projeto Escola do Futuro tem por objetivo incrementar a qualidade do ensino nas escolas públicas. O foco do Escola do Futuro é apoiar e incentivar os governos municipais (principalmente) que tenham enviado os melhores esforços para reduzir a clamorosa desigualdade de oportunidades vigentes em nosso país.

E a singela intenção deste artigo, em particular, é demonstrar o quanto o grande empenho que municípios e estados vêm tendo nessa direção, empenho que a Fundação Ulysses Guimarães se propõe firmemente a incentivar através do programa Educação do Futuro, viria a ser fortalecido com a aprovação definitiva e implementação do Sistema Nacional de Educação. A Reforma do Ensino Médio tem esbarrado em dificuldades estruturais, como a formação insuficiente de professores, as precárias instalações escolares, os escassos recursos tecnológicos. O SNE forçaria a União a ser parceira na responsabilidade de financiar o incremento de qualidade que se pretende em relação ao ensino fundamental e ao ensino médio.

A entrada da União mais efetivamente no enfrentamento a esses obstáculos, através do SNE, tornaria essa grande aspiração nacional, que é constituir um roteiro seguro de redução da

desigualdade de oportunidades, um propósito coletivo muito mais factível em nosso país.

***José Fogaça***

EX-SENADOR E  
PRESIDENTE DO CONSELHO EDITORIAL  
E DE FORMAÇÃO POLÍTICA DA FUG

## SEÇÃO 1

# EDUCAÇÃO BÁSICA COMO IMPULSIONADOR ESTRUTURAL DA INCLUSÃO PRODUTIVA

Nesta seção, trazemos quatro princípios e focos de ação na Educação Básica que são noções fundamentais para exercer uma política pública de inclusão produtiva, concomitante com políticas específicas que fazem parte da seção subsequente.

### **1. Ou temos educação de qualidade ou ficaremos no mesmo lugar**

A educação de qualidade se traduz essencialmente a partir de uma ampliação do tempo que os alunos permanecem na escola.

No antigo Ensino Médio, que está sendo reformado, a partir de iniciativa do governo do presidente Michel Temer e ainda em discussão no Congresso Nacional e na comunidade educacional sobre sua implementação, se praticava, segundo palavras de Cláudia Costin em evento de lançamento do programa Educação do Futuro promovido pela FUG em março de 2023, uma modalidade em que “os alunos tinham 12 disciplinas espremidas em 4 horas de permanência na escola”.

Nos Estados Unidos, Europa e até mesmo em boa parte da América Latina os alunos permanecem 7 horas do seu dia no ambiente escolar. Hoje, com a Reforma, no Brasil se está avançando para uma média de 5 horas.

### **2. A educação de qualidade tem que estar acompanhada de um significativo aumento dos índices de escolaridade nas camadas de baixa renda.**

Entenda-se aqui como “escolaridade” o dado quantitativo referente ao tempo de vida escolar. Em 2019, havia 61,3% de brasileiros com 25 anos ou mais completos com Ensino Fundamental completo.

Desde a implantação do Fundef, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sob a administração do Ministro da Educação Paulo Renato Souza, o Brasil deixou de ter problemas com vagas nos anos iniciais das escolas de Ensino Fundamental. Embora em muitos casos a distância entre a moradia e a escola e o necessário transporte escolar ainda fosse um problema, há diversos avanços em melhorar o acesso universal à escola.

No mesmo ano, nosso país atingiu 48,8% no que tange à proporção de pessoas com 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória. A educação básica obrigatória compreende a conclusão efetiva do Ensino Médio. Em 2018, esse número era de 47,4%.

### **3. Escolaridade como meio de reduzir a informalidade**

A informalidade é uma das características mais enraizadas no mercado de trabalho do Brasil.

A baixa qualificação técnica formal, os custos e todas as demais exigências da legislação constituem uma barreira que poucos logram ultrapassar no Brasil. Portanto, a regra é a informalidade; o trabalhador formal é que é a exceção.

Nota-se, no entanto, que na medida em que cresce a escolaridade no país, a tendência é de redução do trabalho informal. Dados confiáveis demonstram que, dos trabalhadores brasileiros que tiveram baixa escolaridade (média de 4 anos na escola), 80% não tiveram outra alternativa senão a informalidade.

Para os trabalhadores que alcançam 16 anos de escolaridade, a informalidade se reduz a um nível de 20%. A mesma fonte de dados dá conhecimento de que trabalhadores com baixo padrão de escolaridade sequer aparecem nas estatísticas de desemprego. Esses trabalhadores são invisíveis no Brasil porque sequer procuram emprego.

Outro ponto que é ressaltado por estudos e estatísticas recentes é o fato de que as novas tecnologias de informação e comunicação estão levando ao crescimento do “home office”, o trabalho em casa, que se multiplicou de maneira vertiginosa no período da pandemia. Entre os trabalhadores com 4 anos de escolaridade a possibilidade de realizar home office é de apenas 1,5%. Já os que conseguiram completar o Ensino Fundamental a possibilidade se amplia para

4,6%. No caso de trabalhadores com Ensino Superior completo, no entanto, essa possibilidade dá um grande salto: 52,9% têm condições e habilitação para o trabalho “home office”.

Não há dúvida de que uma das metas de um projeto de Inclusão Produtiva deve ser, com certeza, a redução da informalidade no mercado de trabalho. E o que se constata é que o esforço por manter o aluno na escola é fator essencial para a consecução desse objetivo.

### **4. A qualidade do investimento**

Em nosso país há uma notória inversão de valores quando se trata de confrontar e comparar os investimentos em Educação Básica e Ensino Superior.

O gasto com Educação Básica por aluno é de quatro vezes menos do que o que é gasto com um estudante da universidade pública. Isso talvez ajude a explicar também a desigualdade estrutural que se mantém por décadas e décadas em nosso país. A base da pirâmide não é sólida nem justa.

Há dados positivos nos últimos anos trazidos pelo Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2021: “Com todos os esforços feitos, a escolaridade da população de 18 a 29 anos passou de 9,8 anos, em 2012, para 11,8, em 2020.” O avanço na média de anos de estudo vem sendo acompanhado pela redução da desigualdade entre os grupos sociais. Se, em 2012, os 25% mais ricos tinham 4,3 anos de escolaridade a mais do que os mais pobres, essa diferença caiu para três anos, em 2020.

Esse avanço na escolarização, entretanto, se deu muito mais em aspectos quantitativos do que qualitativos. Se o investimento por estudante continua tão desigual quanto sempre foi, necessariamente a desigualdade de oportunidades também irá se perpetuar. Quando um jovem chega à universidade o filtro já foi feito. Disputam vaga nas melhores universidades aqueles que foram privilegiados nas instâncias básicas de ensino.

Dados do mesmo Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2021: 96,7% dos jovens de domicílios mais ricos completa-

ram o Ensino Fundamental em 2021; entre os jovens dos domicílios mais pobres essa proporção foi de 78,2%.

Esses dados demonstram claramente que, além de políticas educacionais propriamente ditas, torna-se necessário combiná-las com políticas públicas de caráter social (não apenas as de caráter educacional) que operem no sentido de minimizar as barreiras que ainda impedem uma escolaridade plena das camadas mais pobres e vulneráveis da população.



## SEÇÃO 2

# FORTALECIMENTO DA INCLUSÃO PRODUTIVA PARA GERAR MAIOR IGUALDADE DE OPORTUNIDADES AOS BRASILEIROS

Muito se fala sobre a necessária retomada do crescimento do PIB brasileiro. A situação extrapola a necessidade de gerar riqueza interna simplesmente, e sim delimita o Brasil do futuro e o nível de transformação social que teremos nas próximas décadas.

Há uma relação direta entre crescimento da economia e a capacidade da população em idade de ser economicamente ativa, efetivamente, produzir. A ativação desta força produtiva passa pelas competências necessárias vinculadas as oportunidades de trabalho e da subsequente criação de riqueza e bem-estar. No caso do Brasil, a ativação total desta força produtiva exige minimamente medidas de capacitação e ou requalificação da força de trabalho e medidas de estímulo a empregabilidade – desemprego no Brasil atinge perto de 18% de sua população economicamente ativa; além da necessária inclusão produtiva de dezenas de milhões de brasileiros que vivem excluídos do contexto do trabalho. Inclusão produtiva aqui tratada como a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social no mundo do trabalho, seja via emprego formal ou via empreendedorismo, de modo que sejam capazes de gerar sua própria renda de maneira digna e está-

vel, e assim superar processos crônicos de exclusão social.

Neste contexto, para que a inclusão produtiva realmente aconteça (e para que seja, de fato, inclusiva, sustentável e equitativa), a educação tem um papel determinante; educação aqui tratada com um olhar ampliado sobre o que expõe o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases, “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Educando como todo aquele que precisa agregar competências, independente de idade e contexto socioeconômico.

Educação como caminho para a inclusão produtiva efetiva, resgatando a cidadania e libertando das amarras da dependência de políticas públicas de subsistência. Para tal, oportunizar a todos brasileiros o desenvolvimento de competências para o trabalho é tema para construção de políticas públicas portadoras de futuro para o Brasil. Dentre estas políticas está a melhoria da qualidade da educação como fundamento básico ao desenvolvimento. Um estudo realizado pela Universidade de Stanford, em 2022, indica que se os países da América Latina garantissem que

todos os estudantes alcançassem o nível básico de proficiência no Pisa, os ganhos para a região ao longo do século XXI somariam US\$ 76 trilhões.

Ademais, há uma transformação em curso sobre o futuro do trabalho. Segundo o recente documento da OCDE, *Future of Jobs 2023*, as principais tendências extraídas a serem consideradas sobre o futuro de trabalho são:

- Os empregadores estimam que 44% das competências dos trabalhadores serão afetadas nos próximos cinco anos;
- Seis em cada 10 trabalhadores necessitarão de formação antes de 2027, mas apenas metade dos trabalhadores tem atualmente acesso a oportunidades de formação adequadas;
- A combinação das macrotendências e da adoção de tecnologias conduzirá a áreas específicas de crescimento e declínio do emprego: a) As funções de crescimento mais rápido são aquelas impulsionadas pela tecnologia, digitalização e sustentabilidade; b) as funções em declínio mais rápido são aquelas impactadas pela automação via tecnologia e pela digitalização; c) prevê-se um crescimento do emprego em grande escala nos setores da educação, da agricultura e do comércio digital; e d) as maiores perdas são esperadas nas funções administrativas e nas funções tradicionais de segurança, fábrica e comércio;

- Há uma preocupação latente sobre às perspectivas de disponibilidade de talentos nos próximos cinco anos;
- O pensamento analítico e o pensamento criativo continuam a ser as competências mais importantes para os trabalhadores;
- 45% das empresas consideram que o financiamento da formação de competências é uma intervenção eficaz ao dispor dos governos que procuram ligar o talento ao emprego.

No Brasil há diferentes contingentes que estruturalmente estão excluídos da força produtiva e que, portanto, necessitam de forma urgente do resgate de sua cidadania plena. Jovens representam cerca de 25% do total da população nacional e enfrentam a dificuldade de inserção, seja pela falta de formação para o trabalho, especialmente formação técnica, seja pela baixa oferta e competição no mercado de trabalho; 5 milhões de adultos desalentados buscam emprego há mais de 2 anos sem sucesso e enfrentam o descompasso entre competências adquiridas e as novas exigências no mundo do trabalho; e aqueles de alta vulnerabilidade que, sem formação nenhuma, simplesmente já não acessam mais o mercado de trabalho.

Mundialmente há experiências que representam boas práticas de inserção produtiva via criação de competências e aumento da qualidade da educação

como ferramentas de ativação econômica. Um dos exemplos mais reconhecidos é dos Institutos Fraunhofer na Alemanha, como institutos de formação técnica de nível médio, criando competências em jovens em conformidade com a matriz econômica de cada região do país. É uma formação tão relevante e de alta empregabilidade que viabiliza um trajeto profissional; em muitos casos a remuneração é igual ou superior a de um graduado em engenharia. Outro exemplo, são as “academias de formação profissional” da Índia.

Estas consistem em instâncias de formação reconhecidas institucionalmente constituídas e sediadas em empresas, que possuem como obrigação a captação destes jovens e regiões de alta vulnerabilidade, sua formação técnica e empregabilidade; como contrapartida possuem reconhecimento ESG e fomento fiscal.

Inclusão produtiva faz-se por incluir no mercado de trabalho ou pelo empreender. No caso brasileiro, há experiências pontuais importantes. Todavia o país precisa de uma ação articulada e de longo prazo para sanar este importante problema socioeconômico. Entre outras, boas experiências no campo da inclusão produtiva em contexto de alta vulnerabilidade são os projetos Usina e Territórios da Paz do estado do Pará; o projeto COMPAZ, no estado de Pernambuco; e o Projeto Talentos Vulneráveis do Rio Grande do Sul com uso de bolsas de filantropia e parceria público-privada com o Governo do Estado.

Há, todavia, necessidade de orquestrar um conjunto de novos modelos integrados, com participação do setor público, privado, terceiro setor e academia para fins de garantir oportunidades a todos e a necessária adequação de cada solução a realidade local.

### **São movimentos imprescindíveis para a evolução da formação para o mercado de trabalho no Brasil:**

1. O comprometimento com a melhoria da qualidade da educação fundamental e de ensino médio no Brasil é condição para desenvolvimento sustentável, dando oportunidade de acesso a todos e com a perspectiva de currículos adequados ao futuro do trabalho;
2. A implantação do Novo Ensino Médio, ultrapassando os desafios de sua implantação através de parcerias qualificadas e numa visão de economicidade de infraestruturas adequadas e potencial vinculação ao mundo do trabalho como consequência direta; é o caminho com prazo mais curto para produzir resultados de cidadania e desenvolvimento;
3. Na aplicação do Novo Ensino Médio e no ensino técnico, devem-se levar em conta as realidades, vocações e prioridades regionais de forma a oferecer itinerários e ensino técnico convergente com a natureza econômica das regiões, processo que deve ser periodicamente revisado e aperfeiçoado;

4. A melhoria da qualidade da educação fundamental e de ensino médio passa necessariamente pela adoção da escola em tempo integral, aumentando a carga horária média, gradativamente, da educação brasileira;

5. Consolidar um sistema ativo de superação das fragilidades da inserção produtiva com a participação de diferentes agentes, conceito de sistema público, filantropia, privado com uma gestão integrada semelhante aos princípios organizacionais do SUS;

6. Reinserção e ampliação da participação do Sistema S através de ações orientadas à inserção produtiva (gratuidade total ou parcial) para disponibilização através de, por exemplo, uma plataforma única digital de encontro de oferta de cursos/qualificações e demandas estruturadas por municípios, para capacitação de recursos humanos via EAD (Ensino à Distância);

7. Replicação em escala nacional, com a devida customização local, de projetos com resultado de alto impacto socioeconômico, a exemplo dos projetos Centro Comunitários da Paz, Usina e Territórios da Paz;

8. Adequação da legislação para implementação e modelos de formação com participação efetiva da iniciativa privada, a exemplo das academias de formação profissional e vinculação ao emprego;

9. Fortalecimento da articulação política e pública, visando integrar investimentos e esforços estruturais;

10. Fortalecimento da articulação para construção de redes institucionais - do governo, sociedade civil organizada e setor privado - com articulações inter-setoriais;

11. Preparação para a janela de oportunidades que novas áreas-mercados como de transição verde/sustentabilidade (ESG), inteligência artificial (IA) e a intensificação tecnológica podem abrir em relação a uma nova fase de crescimento gerador de postos de trabalho no Brasil;

12. Contribuição para políticas públicas (regionalizadas) que promovam uma maior diversidade nas escolas e na qualificação para o trabalho visando constituir dinamismo e um diferencial para a competitividade brasileira no sentido de amplificar a capacidade de inovação e as oportunidades de emprego e renda em escala regional;

13. Melhorar a capacitação técnica e profissional, bem como o acesso à tecnologia, inovação e conhecimento, para atender às diferentes classes e gêneros (avançar na equidade de gênero);

14. Necessidade de planejamento, implementação, monitoramento e integração de políticas públicas - econômicas, sociais e ambientais - inovadoras e integradas (saúde, educação - com ênfase

na formação profissional –, saneamento, crédito etc.), com foco na inclusão social e na redução das desigualdades;

15. O processo de transformação tecnológica e transição do emprego se faz a partir de uma condução de políticas públicas e iniciativas públicas e privadas que envolvem investimento em sistemas de qualificação, certificações rápidas e parcerias com o setor educacional. Redes de proteção social, centros de emprego e viabilizar a transição tecnológica para o trabalho em escala. Esse é um desafio global que precisa, no caso do Brasil, ser mapeado, quantificado, precificado e executado.



## SEÇÃO 3

# DESAFIOS E OPORTUNIDADES - CONTRIBUIÇÕES PARA IMPULSIONAR A INCLUSÃO PRODUTIVA NO BRASIL

A FUG concluiu que a solução para a inclusão produtiva no Brasil deve ser construída a partir da conjugação de várias frentes de atuação pública e política para atender as necessidades do presente, obter resultados positivos e apoiar uma visão de futuro sobre o tema.

Além da inclusão (ingresso, permanência e mobilidade) de pessoas de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade econômica e social no mundo do trabalho, é levada em conta a jornada de formação e qualificação profissional de jovens e adultos em idade produtiva, conectada com a realidade do mercado de trabalho. Considera-se que essa jornada deva acontecer, principalmente, por meio do acesso e oferta de uma educação pública de qualidade, inclusiva e equitativa, da educação básica ao ensino profissional e técnico, e da formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo (social, feminino, digital, etc.), tendo a educação empreendedora como um instrumento fundamental de transformação social.

Nessa direção, a FUG realizou três encontros de forma virtual com especialistas representantes de instituições público-privadas e organizações da so-

cidade civil para uma escuta ativa sobre experiências, pesquisas e estudos realizados com o objetivo de identificar evoluções significativas, inovações e soluções implementadas ou que são possíveis implementar para a efetiva inclusão produtiva, em áreas urbanas e rurais, de jovens e adultos.

Abaixo destacamos pontos importantes apresentados nos encontros virtuais para avançar em termos de inclusão produtiva no Brasil, em particular, por meio da educação.

### **ESCUTA ATIVA A**

#### **Qualificação profissional: aprendizagem de qualidade para inclusão social pelo mundo do trabalho**

- **Oferta de políticas públicas, em sua maioria, destinam-se a jovens de 14 a 24 anos, em vulnerabilidade e baixa renda.** O mais comum é a existência de políticas públicas de inclusão produtiva na perspectiva de jovens de 14 a 24 anos, em condição de vulnerabilidade e de baixa renda, associadas a programas assistencialistas como o Bolsa Família e Cadastro Único (CadÚnico), com

foco na geração de renda e aumento da escolaridade.

- **Tivemos avanços legislativos e institucionais que devem ser reconhecidos, e ampliados.** Para a aprendizagem, já existe um arcabouço legal e o envolvimento de diversos atores. Houve avanços na legislação para o ingresso do jovem no mercado de trabalho formal como a combinação da formação teórica e prática (ensino médio mais educação profissional) e contratação de jovens aprendizes ser obrigatória por parte das empresas com exigência da matrícula, preferencialmente, no ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico ou graduação.
- **Ensino dual e de maior complexidade precisam ser ampliados.** É fundamental que as instituições voltadas à educação profissional desenvolvam uma aprendizagem com formação técnica, digital, de maior complexidade, que gere emprego de qualidade e com visão de longo prazo. Países como Inglaterra e Alemanha são exemplos que têm a aprendizagem como uma das principais políticas públicas (destaque para o bem-sucedido sistema dual de ensino e formação profissional em conjunto com as empresas que permite conciliar teoria e prática).
- **Modelo europeu de formação dual deve ser olhado com atenção.** A

legislação e políticas de aprendizagem podem ser qualificadas com ampliação de investimento e criação de fundo, seguindo o exemplo da União Europeia, para modelos como o de formação dual, incentivando a aproximação da escolaridade da formação para o trabalho junto com as empresas visando gerar recursos humanos qualificados para o setor produtivo.

- **Novo ensino médio é avanço que não pode sofrer retrocesso.** A reforma do ensino médio na adequação da carga horária para trabalhar o itinerário para qualificação profissional bem como no fomento às escolas em tempo integral soma esforços para promover uma formação mais complexa e qualificada para a juventude na etapa do ensino médio, com a possibilidade de escalonamento/verticalização e de manutenção da escolaridade e menor evasão escolar. O jovem pode cursar o ensino médio e técnico e continuar com a sua formação como tecnólogo (graduação tecnológica com foco no mercado de trabalho e em uma área específica), ampliando o currículo, facilitando o ingresso posterior ao ensino superior para o bacharelado, com a perspectiva de mobilidade social e inclusão produtiva.
- **Inserção da população com mais de 25 anos é difícil, com oferta de baixa e média efetividade.** Para o

público acima de 25 anos que não concluiu o ensino médio, de baixa renda e que precisa de uma geração de renda imediata, existem outras estratégias educacionais, considerando como gargalos importantes o analfabetismo funcional, a falta de motivação pessoal e a perda da capacidade de sonhar. As políticas e programas são voltados à ampliação da oferta gratuita de vagas para cursos de qualificação profissional para, principalmente, empregos de baixa complexidade de até 2 salários mínimos que é atualmente o emprego mais gerado no Brasil.

A discussão se encontra em como atender essa geração de renda de rápida solução, que tem alta rotatividade, inclusive, de perda de emprego, com programas de requalificação, programas do EJA (Educação de Jovens e Adultos) vinculados a cursos de qualificação profissional do EAD (Ensino à Distância) para o alcance de melhores salários, maior autonomia de renda e melhor preparação para as mudanças do mundo do trabalho, muito mais complexo e automatizado, digital.

- **Baixa qualificação profissional também contribui para a alta taxa de fechamento de empresas de micro e pequeno porte.** No que se refere à competitividade e produtividade do país, a baixa qualificação profissional é um dos principais motivos para o fechamento de empresas com potencial de gerar empregos e oportu-

nidades, como o setor de comércio de bens e serviços e turismo, sendo apontada como fator preocupante e decisivo para investimentos e seleção da localidade para instalação das empresas.

- **Agenda urgente, articulada com setores empresariais e de produção.** Em síntese, é necessária forte articulação com os setores empresariais e produtivos, formação adequada dos professores em tecnologia, fortalecimento da atratividade das escolas e do modelo de ensino, estudar o tema de empreendedorismo dentro das escolas, para alcançar o desenvolvimento de competências nos alunos compatíveis com a realidade do futuro do trabalho.

## **ESCUTA ATIVA B**

### **Empreendedorismo social: inclusão produtiva com protagonismo das pessoas dentro das comunidades.**

- **Autonomia e saída de programas de auxílio financeiro.** Com um olhar mais ampliado, para fora da escola e da empresa, é fundamental aproximar os diversos mundos. Nesse contexto está a construção integral do jovem egresso do ensino médio, e também das pessoas em alta vulnerabilidade social de comunidades pobres em uma trajetória de emancipação e empreendedorismo, que permita sair do CadÚnico e de programas de auxílio financeiro, consiga repercutir e

causar impacto positivo na família e no seu território, com atuação de maneira segmentada (por gênero, racial, vulnerabilidade, quantidade de familiares, etc.) envolvendo o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais.

- **Profissionalização deve compreender várias situações de origem.**

Nesse sentido, é importante criar possibilidades para que haja um desenvolvimento em várias instâncias de profissionalização, desde o empreendedorismo por necessidade ou oportunidade e a ascensão profissional em uma empresa quanto a gestão do seu próprio negócio, visando uma mobilidade social ascendente e inclusão produtiva, mas também ir além para que haja um olhar para as diversas oportunidades que o mundo pode oferecer, de pertencimento, de saída da linha da miséria e pobreza, resgate da autoestima, como agentes usuários e atendidos pelo sistema de educação profissional.

- **Empreendedorismo social é eficiente em suas comunidades.**

O empreendedorismo social atua no sentido de acionar e motivar pessoas para desenvolverem as suas próprias comunidades, suas vocações, e levar informação, conhecimento e experiência de fora, tecnologias e negócios sociais que possam ser adequados às comunidades e dar assistência (alimentação, apoio psi-

cológico, etc.) a quem esteja incapacitado por diferentes razões a buscar um emprego ou acessar programas de empreendedorismo.

- **Impacto visível nas comunidades.**

Além da oferta de cursos de capacitação profissional, a estratégia de ação dos empreendedores sociais, em geral, se apoia em dois pilares: programas de assistência e programas de desenvolvimento e fomento dos empreendimentos dentro das comunidades como o acesso a crédito (microcrédito, aval solidário, moeda social, entre outros). Essa conjugação de esforços voltados a gerar recursos financeiros, benefícios diretos e impacto positivo nas comunidades e realizados a partir de parcerias, cooperativas, investimentos e financiamentos externos, ajuda a reduzir o tempo de permanência das pessoas nos programas de assistência.

- **Gerar maior visibilidade e bons exemplos.**

Celebrar e reconhecer as iniciativas das comunidades que não são cobertas pela grande mídia, fortalecer as organizações sociais dentro das comunidades na sua diversidade, além de promover o acesso a programas culturais – música, cinema – e palestras educativas também são ferramentas importantes para gerar valor social.

## ESCUA ATIVA C

### **Inclusão empreendedora: ampliar a visibilidade e melhor canalizar o potencial latente dos microempreendedores.**

- **Empreender deve ser mais fácil, justo e inclusivo.** Há muitas janelas de oportunidades para formulação de políticas públicas e ações no legislativo que podem tornar o empreender mais fácil, justo e inclusivo para as diversas histórias de microempreendedores com alto potencial de ajudar a destravar a economia do país.
- **Microempreendedor de base comunitária, a maior fragilidade.** Segundo dados da PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2º trimestre de 2022) e pesquisas de perfil da instituição Aliança Empreendedora, 45% das pessoas que trabalham no Brasil são informais e 26% da população que trabalha são microempreendedores. Dos 25 milhões de empreendedores informais ou com formalização precária, somente 6 milhões possuem CNPJ. Os microempreendedores estão concentrados em atividades como comércio, alimentação, construção e uma parcela significativa empreende na área rural. Existe uma grande fragilidade, principalmente, no que compete ao microempreendedor de base comunitária, informal e de periferia - negro, mulher e jovem - muitas vezes invisível às políticas públicas como o acesso a crédito e as redes de apoio.
- Necessidade de maior conexão entre a oferta das instituições e a realidade do micro empreendedorismo de base. Para esse público, o empreendedorismo é uma ferramenta de trabalho e algumas das barreiras que o microempreendedor enfrenta é a sua percepção empreendedora e seu desenvolvimento pessoal, a falta de confiança e a dificuldade de se enxergar em uma jornada empreendedora, resultando em uma desconexão com o que é oferecido por parte das instituições de ensino profissional em termos de qualificação e orientação para evoluir no negócio.
- **Capacitação deve combinar desenvolvimento de habilidades e apoio técnico para negócios.** Portanto, é fundamental melhorar o acesso à uma capacitação adequada à realidade dos microempreendedores com o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e apoio técnico para o desenvolvimento dos negócios.
- **Empreendedorismo de base precisa de qualidade e acompanhamento.** Para transpor as barreiras e alcançar um empreendedorismo seguro, também é importante estruturar uma política de apoio ao empreendedorismo de base que leve a uma formalização responsável com qualidade e acompanhamento.

**A intensificação de algumas políticas públicas pode melhorar substancialmente os resultados do empreendedorismo inclusivo no Brasil:**

- Identificação do microempreendedor e de sua jornada com a inclusão em bases de dados.
- Articulação nacional para a criação de um ecossistema institucional de fomento às organizações sociais locais de apoio ao microempreendedor.
- Soluções que integrem as políticas de assistência social e o empreendedorismo - como melhorias na execução do Acessuas-Trabalho (Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho) e laboratórios nos municípios que gerem aprendizado para estratégias-piloto e articulação coordenada com as secretarias envolvidas.
- Transição segura de uma política de desenvolvimento social para uma política de desenvolvimento econômico, do informal para o formal com proteção dos direitos sociais previstos.
- Política responsável de microcrédito produtivo orientado para mulheres (educação financeira), com ampliação da distribuição para gerar impacto na ponta.

**Conclusão da Escuta Ativa: Reformulação nas políticas sociais para fortalecer o empreendedorismo na base da pirâmide social e econômica.**

Uma das conclusões recorrentes durante a discussão sobre inclusão produtiva é a necessidade de aprimoramento das políticas públicas sociais, notadamente do SUAS e do Bolsa-Família, no sentido de melhor incentivar a saída do programa, e o estímulo à atividade produtiva e inserção no mercado de trabalho por parte dos beneficiários.

Os programas sociais não podem ser um estímulo indireto à exclusão pro-

dutiva, ou à informalidade e precariedade. O modelo de complementação de renda às famílias com indivíduos que estavam no programa e foram empregados, ou se encontram empreendendo deveria ser implementado de forma a estimular a formalização, a capacitação e a inserção. Seria um módulo adicional de “inserção produtiva”. Os direitos sociais devem valer especialmente àqueles brasileiros que estão conseguindo progredir em uma atividade produtiva formal e geradora de renda.

Da mesma forma, o sistema de assistência social precisa conectar-se mais à questão da inclusão produtiva e ter a

sua qualificação voltada à clara intenção política de fortalecer a inclusão produtiva e a política de emprego no seu foco de atuação.

Os sistemas de “welfare” europeu e norte-americano já se encontram em sua quarta ou quinta versão em termos de modelagem, adaptando-se progressivamente no sentido de gerar maior autonomia e autoestima, procurando romper o ciclo de dependência, informalidade e trabalho precário.

A noção da complementação de renda funcionar principalmente como um estímulo e um imposto de renda negativo (ou seja, o Governo brasileiro depositaria um valor de renda complementar ao trabalhador ou empreendedor formalizado durante determinado período, além do cuidado de toda a rede de extensão social sobre sua família).



## SEÇÃO 4

# CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PROPOSTA DE SISTEMA BRASILEIRO INTEGRADO DE INCLUSÃO PRODUTIVA

Para que o Estado brasileiro possa atuar de forma mais eficiente e estimular a inovação no estabelecimento de políticas de igualdade de oportunidades, é fundamental mapear os fundamentos de um sistema brasileiro de inclusão produtiva que proponha a integração das ofertas e das modalidades de ações públicas, privadas e do terceiro setor para gerar bons resultados mensuráveis e o ganho de eficiência que se estabelece uma vez em que ocorre o intercâmbio de experiências dentro do ecossistema e a busca constante pelos modelos que apresentam melhor resultado e relação custo-tempo-benefício.

A articulação interinstitucional é um aspecto fundamental deste sistema, totalmente interligado à atualidade, em que nenhum ente consegue, sozinho, garantir a expansão de oferta e a efetividade que a demanda brasileira exige. E nesta articulação os entes governamentais, principalmente federais e estaduais, têm responsabilidade de liderança.

### **ECOSSISTEMA PÚBLICO DE INCLUSÃO PRODUTIVA - PESSOAS E REDES**

O ecossistema se organiza em três dimensões que se relacionam e se conectam de forma dinâmica, orgânica.

As pessoas e redes que atuam em cada dimensão são agentes interdependentes, que oferecem sua expertise e recursos para estruturar e fortalecer o ecossistema.

Sua atuação convergente irá gerar equilíbrio ao Sistema Brasileiro Integrado de Inclusão Produtiva e a sua retroalimentação, evitando manter uma oferta ou modelo estanque e pouco efetivo.

### 3. CAPITAL HUMANO

Alunos (crianças e jovens) + famílias usuários do sistema público educacional e adultos

### 2. OPORTUNIDADES E INICIATIVAS

Setor privado

Universidades Federais

Institutos Federais

Escolas Públicas + Comunidade Escolar (professores, gestores, colaboradores)

Sistema S (Escolas Profissionalizantes)

Terceiro Setor

### 1. ESTRUTURA

Infraestrutura  
Tecnologias

Recursos Financeiros  
Materiais

Políticas Públicas  
Legislação

Governo Federal (MEC)

Congresso Nacional (Senado Federal + Câmara de Deputados)

Startups, edutechs

Governos Locais (Estados + Municípios) - Secretarias de Educação

Coletivos, startups, empreendedorismo social

## PROPOSTA DE DESENHO PARA O SISTEMA - AGENDA A SER DESENVOLVIDA

Tendo como principal elemento indutor da inclusão produtiva as políticas públicas educacionais desde a sua formulação até o seu monitoramento por parte do Governo Federal, estados e municípios, o Sistema proposto abrange, principalmente, três abordagens centrais, complementares:

- 1. Qualidade na escolarização;**
- 2. Educação empreendedora e para o mercado de trabalho; e**
- 3. Empreendedorismo social.**



TEMA CENTRAL	TEMA SECUNDÁRIO ORGANIZAÇÃO DA OFERTA	ORGANIZAÇÃO DA OFERTA ATORES, PARCEIROS, GESTORES	FAIXA ETÁRIA AÇÃO PRIORITÁRIA
<b>QUALIDADE NA ESCOLARIZAÇÃO</b>	MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	<p>Monitoramento do resultado de testes com acreditação internacional, como PISA e outras proficiências; enfatizar linguagem, raciocínio lógico e matemática.</p> <p>Formação de professores voltada a tecnologia e desenvolvimento de novas competências.</p>	Ensino fundamental e até 16 anos
	INCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DA ESCOLA	Educação mais voltada à diversidade, tolerância, apoio psicossocial, antecipando o ciclo de apoio aos estudantes mais vulneráveis.	Ensino fundamental
	ENSINO MÉDIO – PROJETOS DE VIDA	Execução dos Projetos de Vida nas escolas de ensino médio, e intercâmbio permanente para a melhorados processos introduzidos a partir da reforma do Ensino Médio. Combinar oferta de ensino técnico e carreira de tecnólogos aos Projetos de Vida.	Ensino Médio

TEMA CENTRAL	TEMA SECUNDÁRIO ORGANIZAÇÃO DA OFERTA	ORGANIZAÇÃO DA OFERTA ATORES, PARCEIROS, GESTORES	FAIXA ETÁRIA AÇÃO PRIORITÁRIA
<b>EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E PARA O TRABALHO</b>	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Ensino dual a ser incentivado e praticado em escala; desenvolvimento do modelo por entidades do Sistema S, organizações empresariais e empresas; aprofundamento de incentivos para educação em ambiente empresarial ou setorial – modelo brasileiro de ensino dual.	Foco entre Ensino Médio até 30 anos
	ENSINO TÉCNICO	Organização da oferta (possibilitar maior escala do sistema S e de melhores práticas); melhor estruturação da carreira ensino médio técnico + tecnólogo; atenção à faixa etária 14 a 24 anos nessa formação; aumento da oferta em qualidade e quantidade, em continuidade com a melhoria no ensino fundamental.	Ensino Médio e na sequência jovens tecnólogos
	ACESSO À TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	Democratização do acesso; utilização de todos os meios de comunicação; plataformas digitais abertas de âmbito nacional com acesso a conteúdo de inclusão produtiva.	Todas as faixas etárias, especialmente até 24 anos
	INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA E EM SERVIÇOS	Ganho de escala e melhoria de projetos de inserção social e produtiva como COMPAZ, Usinas da Paz e semelhantes; foco na oferta de inserção de jovens 14+ em trilha profissionalizante; proteção social a crianças e adolescentes; preparação para acesso a tecnologia e desenvolvimento de competências complementares à educação formal.	Infância e juventude

TEMA CENTRAL	TEMA SECUNDÁRIO ORGANIZAÇÃO DA OFERTA	ORGANIZAÇÃO DA OFERTA ATORES, PARCEIROS, GESTORES	FAIXA ETÁRIA AÇÃO PRIORITÁRIA
	INCLUSÃO PRODUTIVA DE ADULTOS - RESKILLING	Transição do emprego e reeducação tecnológica em escala para adultos – aprimoramento dos modelos atuais EJA e EAD; cursos presenciais vinculados a oportunidades de empreendedorismo e prestação de serviços certificados nas entidades de oferta, em modalidade especial. Desoneração do emprego em recolocação de adultos 45+. Ampliação da oferta para mulheres.	Todas as faixas etárias 24+; atenção à empregabilidade 60+
	NOVAS ÁREAS – MERCADO E TENDÊNCIAS – INCLUSÃO DE ALTA PERFORMANCE	Política de retenção de cérebros no Brasil – bolsas para o desenvolvimento de jovens de alto potencial, organizadas a partir de parques tecnológicos, escolas técnicas e ensino médio- Preparação para a janela de oportunidades que novas áreas-mercados como de transição verde/sustentabilidade (ESG), inteligência artificial (IA) e a intensificação tecnológica – rede de escolas e centros de excelência, com investimento da área de Ciência e Tecnologia.	14 a 24 anos

TEMA CENTRAL	TEMA SECUNDÁRIO ORGANIZAÇÃO DA OFERTA	ORGANIZAÇÃO DA OFERTA ATORES, PARCEIROS, GESTORES	FAIXA ETÁRIA AÇÃO PRIORITÁRIA
	INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL	<p>Agricultura e setores de produção como grandes fomentadores de empreendedorismo e trabalho; maior vínculo com Ensino Médio e Fundamental; rede escolas técnicas e tecnológicas reformuladas, com apoio do setor produtivo.</p> <p>Foco específico em sucessão familiar agrícola e rural - competências</p>	Foco entre 14 e 24 anos; processo permanente para adultos
<b>EMPREENDEDORISMO SOCIAL</b>	TRANSIÇÃO PARA A INCLUSÃO - PROGRAMAS SOCIAIS COMPENSATÓRIOS TORNAM-SE TAMBÉM PROGRAMAS DE ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INCLUSIVO	Aprimoramento da modalidade de estímulo à família com empreendedor ou trabalhador formal, advindo de programas sociais, de forma a estimular a visão de “imposto de renda negativo” em detrimento da visão simplesmente assistencialista. Foco especial no empreendedorismo feminino.	Todas as faixas etárias
	FOMENTO SISTEMATIZADO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE PROMOVEM O EMPREENDEDORISMO SOCIAL	Sistema nacional de contratações a partir de editais, com auditoria interna e externa, de organizações sociais para implementar e gerir a oferta de programas de inclusão produtiva e empreendedorismo em grande escala junto à população de maior vulnerabilidade	Todas as faixas etárias

## **Fatores importantes na implementação prática de um sistema de inclusão produtiva:**

- **Simultaneidade** – Esforços precisam ser simultâneos, não-concorrentes e colaborativos; inclusão produtiva precisa ganhar escala como “assunto nacional”. As fórmulas já existem e são praticadas – precisam ganhar mais escala e visibilidade.
- **Simplicidade e não-dirigismo** – Sistema deve funcionar a partir de princípios simples de coordenação; ideia é “oficializar” todas as iniciativas, ao inseri-las em um sistema de monitoramento com medição – sistema funcionará se atingir todo o território nacional e chegar aos mais vulneráveis.
- **A vantagem de ser um país tardio em inclusão produtiva em grande escala** – Conhecimento do que funciona e não funciona no mundo; sem ilusões de que é possível “treinar” sem melhorar a educação básica; custos mais baixos a partir da disponibilidade de tecnologia e acesso.
- **Fórmulas de financiamento do sistema** – Há condição de financiamento, é importante escalar fórmulas e abordagens testadas, e que funcionam; desburocratizar o emaranhado federal e estadual voltado ao tema; avançar em legislação permitindo maior acesso e simplicidade para filantropia, doações e “endowment” no Brasil, incluindo o incentivo à aplicação de recursos empresariais e setoriais em educação profissional; operar com editais e programas de incentivo, menos com ação de administração direta (menos ágeis e eficientes).
- **Agilidade e adaptabilidade regional** – As realidades regionais, a estrutura e demanda da economia e os níveis de produtividade influenciam a oferta de inclusão produtiva. Essa deve envolver fortemente os governos estaduais, as entidades empresariais e os próprios setores produtivos.
- **Curadoria livre de conteúdo** - Em um tema que envolve inovação em um ambiente totalmente de redes, é de esperar-se que o seu desenvolvimento no médio e longo prazo seja disruptivo, livre e naturalmente adaptável – ou seja, a sistematização deve seguir o crescimento orgânico da oferta e seus saltos, e não o contrário. O sistema deve ser forte em mensuração, monitoramento e compartilhamento de informações.
- **Prioridade para grupos sociais mais vulneráveis e empreendedorismo social como fórmula** – Aumentar o vínculo e diálogo entre programas sociais formais e empreendedorismo social; o funcionamento de soluções de empreendedorismo social a partir de editais de chamamento público pode trazer grande impacto. Fórmulas precisam ser testadas em escala,

experiências pontuais demonstram grau alto de efetividade.

- **Comunicação enfática de que inclusão produtiva é a inclusão social de maior qualidade, e onde o Brasil pode dar um salto de produtividade e crescimento econômico**

- No médio e longo prazo, a inclusão produtiva é política social permanente de menor custo, e que não cria a possibilidade de relação de clientela ou dependência do Estado; grande parte do salto econômico formal e mensurável do Brasil está a partir da incorporação de parcela significativa dos 66,8 milhões de brasileiros excluídos do processo produtivo à economia formal.

- **Microcrédito produtivo em escala depende de garantias e fundos de aval**

- Avanço nos mecanismos de garantias e fundos de aval para que microempreendedores, instituições financeiras, fintechs, sistemas de pagamento estejam mais integrados possibilitando o financiamento do empreendedorismo em todos os níveis.

- **Foco na empregabilidade feminina**

- Enquanto 18,8% dos homens entre 18 a 24 anos não estudam nem trabalham, entre as mulheres a taxa atinge 30%. A média entre os países da OCDE é entre 14 e 15% para homens e mulheres. Não é à toa que o Prêmio Nobel de Economia de 2023 foi distinguido a uma pesquisadora

do trabalho feminino em mais de 200 anos de evolução. A abordagem nas faixas mais vulneráveis também envolve aspectos de saúde, família e educação dos filhos, pelo número crescente de mulheres responsáveis por suas famílias.

- **Não desistir da recolocação “reskilling”**

- O tema da recolocação de adultos maduros é o menos discutido em todas as instâncias, inclusive globalmente. Seja por sua complexidade, seja por sua menor efetividade de resultado em comparação com a inclusão produtiva de jovens. No entanto, é de grande impacto no Brasil em razão das mudanças tecnológicas, do déficit educacional de gerações e do envelhecimento da população média. Educação profissionalizante para reinserção no mercado de trabalho precisa encontrar fórmulas principalmente regionais e locais sem burocracia e voltadas à realidade e demanda.



# O LEGADO DESTE DOCUMENTO

Este documento é, essencialmente, um esforço para sintetizar e simplificar fundamentos para uma abordagem política, econômica e organizacional mais efetiva e corajosa sobre o tema da Inclusão Produtiva no Brasil.

Longe da pretensão de esgotar o assunto, ser conclusivo ou sistematizador, procuramos desmistificar o tema para que possamos ter avanços efetivos em políticas públicas e iniciativas da sociedade, do setor produtivo e do setor público no sentido de uma oferta de inclusão produtiva que atenda ao grande desafio nacional - e que passa, também, pela sensibilização da demanda e por uma forte e necessária vontade de fugir da excessiva complexidade e burocracia na execução.

As ofertas, as soluções, são complementares; sua implementação e impactos, um aprendizado constante. Mas politicamente queremos contribuir para que o tema ganhe maior destaque entre as prioridades de gestores públicos, parlamentares, legisladores, empresários, educadores.

A inclusão produtiva pode ser a grande evolução econômica e social do Brasil nas próximas duas décadas, começando imediatamente e já com atraso, sendo decisiva para a qualidade de vida e oportunidades que os brasileiros terão nesse século.

O principal legado deste documento será a ação efetiva para implementarmos inclusão produtiva e maior igualdade de oportunidades em escala no Brasil.

# EXPEDIENTE

## **PRESIDENTE DO MDB**

Baleia Rossi

## **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES**

Alceu Moreira

## **PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DA FUG**

Moreira Franco

## **PRESIDENTE DO CONSELHO DE FORMAÇÃO POLÍTICA E EDITORIAL**

José Fogaça

## **PROJETO INCLUSÃO PRODUTIVA (PROGRAMA EDUCAÇÃO DO FUTURO)**

### **GRUPO DE TRABALHO**

José Fogaça, Susana Kakuta, Lelo Coimbra, Gustavo Grisa e Renata de Carvalho Rodrigues

## **COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO E DOCUMENTO DE REFERÊNCIA**

Gustavo Grisa e Renata de Carvalho Rodrigues

## **EQUIPE TÉCNICA DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO FUG**

*Secretário Executivo:* Guto Scherer

*Gerente Financeiro:* Fabrício Renner

*Comunicação Social:* Thatiana Souza e Sâmia Collodetti

## **DIAGRAMAÇÃO**

Posicionar Consultoria

**AGRADECIMENTOS:** Sistema S (Sebrae, Sesi, Senai e Senac), CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), Fundação Arymax, Aliança Empreendedora, ORPAS (Obras, Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais) e Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa

**PUBLICAÇÃO:** Novembro de 2023









**EDUCAÇÃO  
DO FUTURO**